

SILENCIAMENTO ENQUANTO DOMINAÇÃO: COMO O EPISTEMICÍDIO EM SORRISO-MT REFLETE A PERPETUAÇÃO DO APAGAMENTO DE SABERES A NÍVEL GLOBAL

SILENCING AS DOMINATION: HOW EPISTEMICIDE IN SORRISO-MT REFLECTS THE PERPETUATION OF THE ERASURE OF KNOWLEDGE ON A GLOBAL LEVEL

Michelle Dal Berto Sasso¹

Mara Andrea Kai Bellini²

Greice Lopes Cezar³

ISSN: 1518-0263

DOI: <https://doi.org/10.46550/0jk58192>

Publicado em: 26.01.2026

Resumo: O artigo analisa o processo de colonização do município de Sorriso-MT como expressão local de um projeto histórico global de dominação colonial, marcado pela marginalização dos povos originários, especialmente os indígenas Kayabi, e pela consolidação do mito da “terra desabitada”. Evidencia-se que a violência colonial extrapola o plano físico e se manifesta também de forma epistemológica, por meio da imposição do eurocentrismo e da produção de teorias racistas e eugenistas que legitimaram a inferiorização de saberes não europeus. Nessa perspectiva, o trabalho discute o epistemicídio como estratégia central de apagamento cultural e simbólico, destacando o papel da sociolinguística na compreensão das relações entre língua, identidade e poder. Ao tomar Sorriso como recorte empírico, o estudo demonstra que tais dinâmicas não pertencem apenas ao passado, mas persistem no presente, revelando a continuidade de um projeto estrutural de supressão de saberes ancestrais em escala global, com manifestações locais específicas.

Palavras-chave: Epistemicídio; Colonização; Sociolinguística.

Abstract: This article analyzes the colonization process of the municipality of Sorriso, Mato Grosso, as a local expression of a global historical project of colonial domination, marked by the marginalization of Indigenous peoples, especially the Kayabi, and by the consolidation of the myth of the “uninhabited land.” The study argues that colonial violence extends beyond the physical dimension to the epistemological sphere, through the imposition of Eurocentrism and the development of racist and eugenic theories that legitimized the devaluation of non-European knowledge. Within this framework, the article discusses epistemicide

- 1 Discente do Programa em Práticas Sociocultural e Desenvolvimento Social (UNICRUZ) Licenciada em Letras (UNICRUZ). E-mail: girassol.ws@gmail.com
- 2 Discente do Programa em em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (UNICRUZ). Licenciada em Letras (UNICRUZ). E-mail: marabellini2024@hotmail.com
- 3 Discente do Programa em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (UNICRUZ). Licenciada em Pedagogia (UFPel). E-mail: greicelopes15@gmail.com



as a key strategy of cultural and symbolic erasure, emphasizing the relevance of sociolinguistics in understanding the relationship between language, identity, and power. By focusing on Sorriso as an empirical case, the study demonstrates that colonial dynamics persist in contemporary contexts, revealing epistemicide as a structural and global phenomenon with specific local manifestations.

Keywords: Epistemicide; Colonization; Sociolinguistics.

Consideração iniciais

Segundo o dicionário Michaelis (2024), colônia significa “grupo de pessoas que deixam sua terra para povoar, cultivar e explorar uma terra estrangeira”. Entre as diversas acepções apresentadas, em nenhuma delas se menciona o conflito cultural inerente a esse processo; ao contrário, frequentemente se transmite a ideia de que a terra colonizada estaria desabitada, concepção ainda presente no imaginário popular do município de Sorriso-MT. A cidade, constituída como colônia a partir do projeto desenvolvimentista implementado durante a ditadura militar, tinha como habitantes originários os indígenas Kayabi, que desde então foram progressivamente marginalizados. Tal dinâmica, observada no recorte municipal, reflete o movimento mais amplo de colonização dos países do sul global, no qual as populações originárias foram sistematicamente negligenciadas e inferiorizadas pelos colonizadores. Nessa perspectiva, Fernández, à luz de Kenneth Bock, esclarece:

Como nos mostra Bock (1978), a maior parte dos acadêmicos europeus aceitou a crença segundo a qual a Europa representava o ponto de maior avanço até aquele momento, enquanto as outras tribos e nações recém-descobertas representavam os primeiros passos de uma trajetória progressiva por onde a Europa já havia passado (FERNÁNDEZ, 2019).

Evidencia-se, portanto, que o mito da “terra desabitada” busca mascarar a brutalidade do processo colonizador; contudo, a violência não se restringe ao âmbito físico, alcançando também a dimensão epistemológica. Conforme mencionado, o ideal de supremacia europeia consolidou-se a partir das Grandes Navegações, mediante a imposição dos colonizadores sobre os povos originários das regiões exploradas. Nesse contexto, emergiram teorias racistas e eugenistas destinadas a justificar a exploração, como o darwinismo social, que aplicava de forma distorcida a teoria da evolução para classificar grupos indígenas como inferiores em uma suposta escala evolutiva. Assim, tudo o que se relacionava à Europa era concebido como superior, inclusive sua população. Esse ideal estendeu-se igualmente aos descendentes europeus que ocuparam o sul do Brasil e, posteriormente, foram incentivados a povoar o Centro-Oeste, região onde se insere o município de Sorriso.

A noção de superioridade europeia abarcava todos os aspectos da vida social, incluindo arte, filosofia, ciência, religião, linguagem e organização social, isto é, a cultura em seu sentido amplo. Desse modo, pode-se compreender que, no processo de colonização, uma das estratégias mais eficazes de dominação consistiu na expropriação da identidade dos povos subjugados.

Nesse cenário, a sociolinguística revela-se fundamental, uma vez que identidade e cultura estão intimamente vinculadas à língua; quando esta é suprimida, também se fragilizam a cultura e a identidade coletiva, abrindo espaço para a “moldagem” e a “adaptação” aos saberes colonizadores. Posteriormente, difunde-se o mito de uma convivência harmônica resultante da miscigenação, a qual, se por um lado pode expressar diversidade, por outro produz apagamentos culturais profundos.

Faz-se necessário compreender, portanto, de que maneira o epistemicídio ocorrido em Sorriso reflete um projeto global de supressão de saberes ancestrais. Trata-se de um projeto de alcance mundial porque, desde o início das Grandes Navegações, no século XIV, a cultura indígena foi deliberadamente silenciada, assim como a cultura africana após a chegada dos povos escravizados ao Brasil. Conforme destaca Quijano:

A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e, com ela, à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. [...] os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e consequentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais (QUIJANO, 2005, p. 117-118).

Cabe, mais uma vez, destacar o papel da sociolinguística nesse processo, visto que o apagamento incide diretamente sobre a língua e produz efeitos que se estendem ao tempo presente em escala global, sendo Sorriso um recorte que evidencia tal realidade com suas especificidades. Nesse sentido, William Labov, considerado fundador da sociolinguística variacionista, não define seu método como infalível, mas sustenta que, havendo conhecimento detalhado da história dialetal da área e compromisso em analisar regularidades, constâncias e variações dos falares — considerando as relações dos sujeitos com seu meio —, torna-se possível desenvolver pesquisas relevantes e produtivas nesse campo (SALLES; SOUZA, 2015, p. 230). Tal perspectiva fundamenta o estudo do epistemicídio em Sorriso como fenômeno não isolado, analisado sob o viés sociolinguístico.

O papel da sociolinguística na formação da identidade

Aristóteles, filósofo grego do século IV a.C., já afirmava em seus escritos que o ser humano é um ser social ao argumentar sobre a tendência do *‘zoon politikon’*, ou ‘animal político’, como se referia aos humanos, de viver em sociedade, sendo esse um pré-requisito para o desenvolvimento completo do indivíduo (ARISTÓTELES, 2007). Como consequência do exposto, tem-se a necessidade do estabelecimento da comunicação entre esses indivíduos sociais, sendo a língua o meio de expressão dessas ideias. Assim, como forma de estudar criticamente a comunicação

verbal, tem-se as observações de Ferdinand de Saussure, suíço considerado pai da Linguística - campo que estuda a linguagem humana:

A Linguística, a partir do momento em que se constitui como ciência autônoma, tem como objeto de estudo a *langue*, estrutura homogênea. Sua preocupação básica passou a ser a análise das relações internas entre os elementos linguísticos, estabelecendo-se, assim, a chamada “linguística estrutural”, sem se preocupar com as relações entre a linguagem e a sociedade. (LIMA; FREITAG, 2010, p.8).

Porém, apesar de reconhecer a língua como fato social, Saussure não se debruça sobre as relações entre linguagem e sociedade, conforme supracitado. O mesmo ocorre com a corrente generativista de Noam Chomsky, dado o receio das barreiras que deveriam ser superadas para se estudar o campo, que só começa a ser desenvolvido a partir dos anos 1960:

O termo sociolinguística fixou-se em 1964, em um congresso organizado por William Bright, do qual participaram vários estudiosos da relação entre linguagem e sociedade (...). Os trabalhos apresentados neste congresso partiam da hipótese de que a Sociolinguística deve demonstrar a covariação sistemática das variações linguísticas e social. Ou seja, relacionar as variações linguísticas observáveis em uma comunidade às diferenciações existentes na estrutura dessa mesma sociedade. A proposta inicial da área era identificar um conjunto de fatores socialmente definidos, com os quais se supõe que a diversidade linguística esteja relacionada. (LIMA; FREITAG, 2010, p.15).

Assim, em linhas gerais, entende-se por Sociolinguística a relação entre linguagem e sociedade. O mencionado congresso da UCLA (Universidade da Califórnia), em Los Angeles, que deu origem ao campo, contou com a presença do expoente linguista William Labov. O teórico, autor da pesquisa “A Estratificação Social do (R) Nas Lojas De Departamentos Na Cidade De Nova York” (1962), realizou um experimento social para estabelecer a relação entre as variações fonológicas da consoante “R” e as condições socioeconômicas dos falantes, sendo pioneiro na relação entre língua e sociedade; Ana Cláudia de Moraes Salles e Andréia Garcia de Souza detalham o método de pesquisa utilizado por Labov:

Desse modo, as lojas selecionadas foram: a Saks Fifth Avenue (Status superior), a Macy’s (Status médio) e S. Klein (Status baixo). É relevante frisar que as diferenciações não acontecem apenas pelos status, pois se estendem aos contrastes que irrompem mediante a localização das lojas, os anúncios nos jornais, os preços, a postura dos funcionários e, portanto, também no modo de falar desses sujeitos, o que é a matriz da pesquisa a qual incumbimo-nos de apresentar. (...) Por esse método, em termos de levantamento numérico, foram adquiridas 68 entrevistas na Saks, 125 na Macy’s e 71 na Klein, totalizando 6 horas e 30 minutos de tempo, distribuídos entre os 264 falantes. Os estudos confirmaram a existência da estratificação do (r) nas três lojas (SALLES; SOUZA, 2015, p. 228)

Enquanto buscava compreender a estratificação social do “R”, Labov aprofundou sua pesquisa ao concluir que a questão linguística é indissociável do meio em que o indivíduo está inserido; para além disso, nesse estudo de caso, o autor relaciona raça, poder econômico e linguagem, ao passo que conta que a estrutura social estadunidense carrega marcas do racismo proveniente do processo de escravidão:

O que se notou foi que a maior parte dos atendentes negros tendia fortemente

a não pronunciar o (r) de maneira marcada. Com base nessas peculiaridades, foi observado, ainda, que na Klein existiam mais atendentes negros do que nas outras lojas, algo que pode dizer da questão da estratificação social, pois os negros, em várias ocasiões, trabalham em lugares menos prestigiados, o que remete a toda uma história de trabalho desse povo. (SALLES; SOUZA, 2015; p. 229)

Outra consequência percebida pelo teórico é a “correção” para encaixar-se na pronúncia esperada; no caso de Nova York, o processo de “correção” da pronúncia do “R” por parte da classe média baixa visa se ajustar ao padrão linguístico socialmente esperado, mas acaba gerando uma forma de exclusão, pois esse esforço de adequação resulta em um estigma associado ao grupo, tornando-se uma característica de identidade.

De maneira análoga, no município de Sorriso, o sotaque nordestino também se configura como uma marca de identidade e discriminação. O primeiro grupo colonizador, composto por descendentes de europeus, é social e linguisticamente considerado superior. Essa estrutura grupos, como os nordestinos e indígenas, a adaptarem seu modo de falar para se assemelhar aos seus vizinhos gaúchos, a fim de evitar a exclusão social. Percebe-se portanto, que mesmo considerando a distância espacial entre os Estados Unidos e o Brasil, e a diferença temporal de mais de seis décadas, os padrões de discriminação e exclusão observados em Nova York por Labov, se repetem em Sorriso, com as populações discriminadas buscando adaptar-se linguística e socialmente para alcançar aceitação.

Esse fenômeno demonstra a persistência de padrões de exclusão social baseados em características linguísticas, além de ilustrar como a correção linguística, em certos contextos, pode se tornar uma forma de discriminação, paradoxalmente reforçando os estigmas que se pretendem combater. Portanto, pode-se concluir que a linguagem é indissociável dos fatores sociais que cercam o indivíduo, sendo esses os fatores responsáveis por suas variações. Dessa forma, a Sociolinguística é um campo que lida com a identidade e memória das comunidades, fator que justifica sua relevância. Nesse sentido, Jeannette M. Haviland-Jones afirma que a memória é crucial para a construção da identidade, anteposto que a representação de si é inseparável do sentimento de continuidade temporal. Desse modo, passado, presente e futuro são relevantes na promoção da continuidade ou consistência coletiva (Haviland, 1994).

Epistemicídio: desvelando as múltiplas dimensões do silenciamento

Compreendendo a sociolinguística enquanto o estudo da linguagem que leva em consideração aspectos sociais, faz-se necessário voltar o olhar para a epistemologia: a teoria do conhecimento. Isso porque o conhecimento de um povo faz parte de sua memória coletiva, sendo fundamental para a definição de sua identidade. Outrossim, o conhecimento se relaciona com a sociolinguística ao passo que a identidade está atrelada ao meio social em que vivemos, bem como a nossa linguagem, essa que por si só é uma forma de conhecimento.

Por conseguinte, dada a relevância do conhecimento gerado por um povo para aquela comunidade, como forma de memória, identidade e identificação, diretamente relacionada à

cultura, tem-se no silenciamento uma poderosa ferramenta de dominação. É nesse contexto que o linguista português Boaventura de Souza Santos define o conceito de epistemicídio, para além do apagamento do conhecimento:

à destruição de algumas formas de saber locais, à inferiorização de outros, desperdiçando-se, em nome dos desígnios do colonialismo, a riqueza de perspectivas presente na diversidade cultural e nas multifacetadas visões do mundo por elas protagonizadas (Santos; Meneses, 2009, p. 183).

Em primeiro plano, é visível a relação entre sociolinguística e epistemicídio ao passo que as práticas linguísticas refletem e perpetuam sistemas de poder. Isso se reflete nas “correções” que os grupos minorizados fazem para adequarem-se ao padrão linguístico esperado, bem como na precarização de empregos por parte de quem não fala a linguagem tida como culta. Para além de comunicar, as línguas transmitem saberes, sendo o epistemicídio um processo que envolve tanto a destruição das línguas quanto o apagamento do conhecimento que essas transmitem.

Assim, é notório que o epistemicídio está diretamente atrelado ao projeto colonial, atuando como um dos instrumentos mais duradouros para a dominação, ao negar a legitimidade de outros saberes, impactando o reconhecimento da população oprimida, sendo uma forma de negar sua dignidade; silenciar configura-se como um ato de poder, tanto quanto decidir a voz que pode falar. Como exemplo desse apagamento intencional, pode-se citar a colonização brasileira e o silenciamento das vozes indígenas e africanas, visando a imposição dos saberes europeus para dominação da população. O pesquisador Eliseu Amaro de Melo Pessanha (2019) destaca o caso africano, argumentando que o epistemicídio ocorreu de diversas formas, desde impor a conversão ao cristianismo, a assimilação da língua do colonizador, de seu sistema político e jurídico, até mesmo a perda de seus nomes, fragilizando sua vivência como sociedade e impedindo que os negros continuassem a produzir seus pensamentos, de acordo com as suas tradições e percepções de mundo.

Assim, percebe-se o epistemicídio enquanto ferramenta para subordinar grupos sociais que podem ameaçar a expansão dos grupos dominantes. Dito isso, grupos indígenas e nordestinos vivenciam esse apagamento sistemático na cidade de Sorriso, ainda nos dias atuais, forçados a abandonar suas raízes e terem sua racionalidade restrita à finalidade de trabalho. Além disso, o apagamento envolve também a negação da contribuição desses grupos marginalizados no desenvolvimento da cidade; isso porque dar visibilidade às contribuições deles na formação de Sorriso iria contra o preconceito disseminado de que esses grupos “não gostam de trabalhar”. Conforme ressalta Terezinha Ferreira de Almeida, à luz de Claudia Alvarenga Prestes:

Algo que chamou a atenção de Prestes (2010, p. 38), desde a sua primeira visita a Sorriso, foi o silenciamento da participação dos “maranhenses” na construção da história da cidade: “a história da cidade parece “pertencer” aos ‘gaúchos’, pois quando a contam eles se apresentam como os únicos ‘atores’ da narrativa”, destacando a própria bravura, coragem e empreendedorismo, ao erguerem uma cidade promissora e um município que é um gigante do agronegócio em pleno cerrado. (Almeida, p.69-70)

Retirá-los da história significa reduzir sua importância, representação e visibilidade, prejudicando sua identidade coletiva enquanto grupo e também a identidade coletiva da cidade, reforçando preconceitos e desigualdades existentes. Assim, a compreensão incompleta da história perpetua o ciclo de exploração com o intuito de manter o controle e a manipulação social. Isso tende a perpetuar e manter o ciclo da pobreza, anteposto que o núcleo educacional também é afetado, o que resulta em menores oportunidades para essa parcela significativa da população do município. Conforme ressalta Sueli Carneiro:

O epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Por isso, o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender (Carneiro, 2005, p. 97.)

Percebe-se, portanto, as múltiplas faces do epistemicídio, que permeiam a sociedade e moldam o presente e o futuro dos grupos que a compõem. Isso se torna evidente ao buscarmos o museu de Sorriso, que, ao destacar predominantemente a presença e a produção cultural do Sul, acaba por negligenciar a contribuição dos indígenas e nordestinos. A escolha de quais narrativas e identidades são apresentadas ao público é, em si, uma forma de exercer poder e influenciar a percepção coletiva sobre a história e os sujeitos que a constroem, sobretudo no local que é referência na história da cidade.

Sorriso enquanto reflexo do epistemicídio a nível global

A sociolinguística, ao compreender a língua como elemento constitutivo da identidade e indissociável do meio social, revela-se fundamental para a análise dos processos de dominação simbólica. Justamente por articular linguagem, cultura e relações de poder, esse campo torna-se particularmente vulnerável ao epistemicídio, entendido como a supressão sistemática de saberes e formas de expressão de grupos subalternizados. Tais conceitos constituem base teórica essencial para a compreensão das dinâmicas de exclusão que marcam a formação histórica da cidade de Sorriso, no interior de Mato Grosso. Antes da colonização oficial do município, a região era habitada por indígenas Kayabi e por grileiros, que, com o avanço do projeto colonizador, foram progressivamente destituídos de seus territórios e de suas condições de permanência.

Esse processo evidencia a dimensão violenta da colonização, que não se limitou à expropriação material da terra, mas alcançou também o apagamento de conhecimentos, culturas e formas próprias de organização social. Assim como ocorreu com os Kayabi, grande parte dos povos originários do território brasileiro foi forçada a abandonar seus espaços de vida diante da pressão de agentes externos, sofrendo um epistemicídio que deslegitimou suas memórias e modos de existência. No caso de Sorriso, tal dinâmica intensificou-se durante a ditadura militar,

quando o ideal desenvolvimentista impulsionou a ocupação do Centro-Oeste e transformou a região em fronteira agrícola estratégica, inserindo o município nesse projeto mais amplo de exploração e reconfiguração territorial.

[...] Sorriso é um dos muitos municípios de Mato Grosso que teve origem a partir de um projeto de colonização particular nas últimas três décadas do Século XX. Esse modelo de colonização, no qual a terra é tida como capital, automaticamente restringe sua posse àqueles que possuem poder aquisitivo para obtê-la e cultivá-la, deixando de fora as famílias que dependem da concessão de terras por parte do Estado para se estabelecer e desenvolver a agricultura de subsistência. (ALMEIDA, 2016, p. 61)

O contexto histórico das décadas de 1970 e 1980, à guisa de operacionalização da política pública de ocupação da Amazônia e, ao mesmo tempo, conflitos deflagrados por movimentos de trabalhadores rurais sem terra no sul do país (ALMEIDA, 2016) refletem quem eram os compradores desses lotes de terras: em grande maioria, sulistas, denominados de modo geral como “gaúchos”, em busca de melhores condições para o desenvolvimento da agricultura, com a oferta de terra maior do que as que os migrantes detinham no Sul:

De acordo com Prestes (2010) e Almeida (2013), para criar a vila que daria origem à cidade de Sorriso, uma das estratégias adotadas pela Colonizadora local foi a doação de lotes no centro urbano a quem comprasse áreas de floresta, com a condição de que nele construíssem uma casa no prazo de seis meses. Caso essa condição não fosse respeitada, o lote era retomado pela Colonizadora, pois o núcleo urbano deveria se desenvolver célere e uniformemente. A (ALMEIDA, 2016, p.62).

Assim, formou-se uma cidade planejada, com áreas verdes e ruas largas, aos moldes das cidades sulistas ao longo da BR 163. De acordo com Luciana Schleider Almeida (2013), o planejamento urbanístico de Sorriso privilegiava a ocupação de uma das margens da BR, reservando a outra à construção de armazéns e silos. Esse planejamento foi seguido até a década de 1990, quando a outra margem da BR 163 passa a ser ocupada por migrantes vindos de Peixoto de Azevedo. Tal ocupação se dá mediante invasão de lotes pertencentes à prefeitura, que serão posteriormente regularizados pela prefeitura, o que confere à cidade o aspecto de uma cidade dividida pela BR, em grande contraste entre as margens (ALMEIDA, 2016). Os migrantes de Peixoto de Azevedo são nortistas e nordestinos, denominados genericamente como “maranhenses”, que chegam a Sorriso para empregarem-se como mão de obra não especializada no cultivo da terra e no setor de serviços em geral, não motivados pelo enriquecimento como os primeiros, mas necessitando assegurar a sobrevivência no presente (COX; ALMEIDA, 2016).

Sobre essa afirmação, é possível constatar, em Prestes (2010, p.168), que no período de 1994 a 1996, no interior do estado de Mato Grosso, mais precisamente em Peixoto de Azevedo, reconhecidamente uma área de garimpo, corria a fama de Sorriso, como um lugar que oferecia oportunidades de trabalho e boa remuneração. Então, entravam em cena os migrantes nordestinos e nortistas que haviam migrado para Mato Grosso, mais precisamente, para o município de Peixoto de Azevedo, num momento em que a garimpagem era uma atividade econômica atrativa. Com a precipitação da crise nessa atividade, em razão da desvalorização do ouro e do encarecimento dos insumos para a sua extração, teve

início uma nova e maciça corrente migratória, em direção a Sorriso, de paraenses e maranhenses, vindos não diretamente de seus estados de origem, mas de Peixoto de Azevedo. (ALMEIDA, 2016, p.65)

Portanto, datam da década de 1990 os “bairros de maranhenses” em Sorriso, como São Domingos e Fraternidade. Do processo de chegada desse grupo, posterior aos colonizadores sulistas, resulta no imaginário popular a ideia de que os primeiros são os verdadeiros promotores do progresso onde há atraso, enquanto os segundos possuem um histórico de migrações constantes em busca de lugares que já possuem boas condições de trabalho (ALMEIDA, 2016). Isso contribui para a dicotomia entre trabalhadores e aproveitadores associadas a cada lado da BR 163, disseminando o preconceito entre sulistas e nordestinos instaurado desde a chegada do segundo grupo:

Tratar esses grupos de forma coletiva e anônima desumaniza-os, integrando-os a um projeto que visa mantê-los como mão de obra destinada a funções das quais os sulistas necessitam. Eles são necessários, mas apenas enquanto massa manipulável, a serviço dos interesses daqueles que detêm o poder. É nesse contexto que o epistemicídio se configura como um elemento central, pois assegura que os nortistas, nordestinos e indígenas sejam subjugados e marginalizados, sem reconhecimento como sujeitos relevantes para a construção e o desenvolvimento da cidade:

Essa história, como se viu, silencia a presença dos índios Kayabi e a de grileiros na região, os primeiros deslocados para a reserva do Xingu e os segundos despejados na beira da BR por uma centena de policiais. Silencia também a presença dos atores coadjuvantes que chegaram nos primeiros tempos da colonização, como pequenos comerciantes, borracheiros, donos de pensão etc., referidos como “nordestinos” e, mais comumente, como “maranhenses”. Afinal, a terra que colonizaram era uma “terra vazia”. (ALMEIDA, 2016, p.64)

Esse silenciamento está diretamente relacionado ao projeto global de epistemicídio, que visa destruir ou distorcer o conhecimento e as identidades daqueles que são vistos como indivíduos a serem manipulados para corroborar com o modelo dominante de desenvolvimento. É assim que, dos relatos das primeiras famílias a fixar residência em Sorriso, encontra-se apenas registro daquelas oriundas da região sul, na condição de proprietários de latifúndios.

Viver a cidade

As desigualdades nas relações sociais em Sorriso moldam a dinâmica da cidade, com impacto direto em como os diferentes grupos vivenciam o espaço urbano. Nessa linha de raciocínio, Henry Lefebvre (1974) ressalta que o acesso à cidade está intimamente ligado a questões de classe social, etnia e poder, sendo muitas vezes determinado por essas condições.

Dessa forma, Sorriso é um exemplo de como as desigualdades sociais refletem uma desigualdade no acesso à cidade e seus recursos; a divisão da cidade pela BR 163 delimita também um lado com maiores investimentos e outro negligenciados pelo poder público e sem condições econômicas de investimento próprio. Sobre isso, David Harvey argumenta, “Portanto, a

urbanização sempre foi um fenômeno de classe, já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em umas poucas mãos.” (HARVEY, 2012, p.74. Ou seja, o fruto do trabalho do “lado de lá” cai nas mãos do “lado de cá”, que é quem tem poder para decidir onde investir o dinheiro público - e não há interesse em desenvolver o lado “maranhense”, para mantê-lo submisso ao lado “gaúcho”.

A falta de investimentos resulta em condições de vida precárias, com baixa qualidade de moradia, infraestrutura deficiente e acesso limitado a serviços essenciais (como saúde, educação e transporte). Isso perpetua o ciclo de pobreza onde os residentes da área mais carente têm menos oportunidades de melhorar sua condição social:

Os moradores do lado maranhense tendem a circular mais intensamente entre as “duas metades” da cidade, uma vez que correspondem a boa parte da mão-de-obra atuante nas casas e nos estabelecimentos comerciais dos gaúchos. Os gaúchos, por sua vez, têm menos motivos para atravessar a rodovia: os produtores fazem diligências em busca de trabalhadores, alguns homens mais jovens também costumam frequentar os bailes no “São Domingos”. A Paróquia Santa Luzia, situada na borda desses bairros pobres também costuma ser frequentada por moradores do lado “gaúcho”. No lado nordestino, existem também algumas “chácaras” e clubes de piscina que os gaúchos frequentam nos períodos de descanso. (ALMEIDA, 2012, p. 46 e 47)

Isso indica uma dependência econômica entre as duas partes, com diversas implicações. Percebe-se que o deslocamento por parte dos nordestinos deve-se à necessidade de emprego nos estabelecimentos dos “gaúchos”, que, por sua vez, dependem dos “maranhenses” para a realização de várias tarefas essenciais, como trabalho doméstico e comercial. A maior circulação de trabalhadores nordestinos é um reflexo da falta de emprego e da precarização de serviços essenciais no lado da BR denominado de seu. Já o fato de que os “gaúchos” têm menos motivos para atravessar a rodovia sugere que estes usufruem de melhores condições de vida, com mais recursos e oportunidades em seu lado da cidade, o que limita sua necessidade de ir até “o outro lado”, que possui uma infraestrutura inferior e menos atrativos econômicos, culturais e sociais. Ou seja, os nordestinos têm acesso limitado a benefícios e direitos comparados aos sulistas, o que desvela a desigualdade nas oportunidades entre os dois lados.

Outrossim, os “gaúchos” frequentam o lado “maranhense” em momentos de lazer, mas não se integram de forma mais profunda no cotidiano das famílias e estabelecimentos comerciais nordestinos; por outro lado, esses interagem de forma mais intensa com os sulistas devido à sua função de trabalho - a mobilidade entre as “duas metades” pode ser vista como uma necessidade econômica mais do que uma escolha. Essa interação reflete a divisão social explícita, onde os “pioneiros”, “colonizadores” são mais privilegiados em relação à infraestrutura e oportunidades, enquanto os “maranhenses” são, principalmente, parte de uma força de trabalho que serve ao lado sulista. Isso reforça estereótipos, onde os maranhenses são vistos apenas como serviçais, com menos acesso aos benefícios do lado sulista, enquanto suas interações são mais associadas a trabalho, em vez de lazer e engajamento social.

Vale destacar que esse fenômeno não é exclusivo de Sorriso, mas sim um processo global que envolve a desigualdade social, representada nesse caso pela diferença de como os “gaúchos” e “maranhenses” vivem a cidade, o que traz implicações que perpetuam o ciclo da desigualdade; por isso, é necessário pontuar:

A pesquisa sobre o espaço social concerne a uma globalidade. Ela não exclui – repetimos – pesquisas “de campo”, precisas e determinadas. No entanto, o perigo do “pontual” – valorizado como tal por ser controlável, às vezes mensurável – é que ele separa o que se implica, desmembra o que “se articula”. Ele aceita, portanto, ou ratifica a fragmentação. O que leva a práticas excessivas de desconcentração, de descentralização, que deslocam as redes, os vínculos e as relações no espaço, portanto o próprio espaço social, fazendo desaparecer a produção! O que elude muitas questões pedagógicas, lógicas, políticas... (LEFEBVRE, 2011, p.128)

Torna-se imperativo que as políticas públicas foquem na redução dessas desigualdades, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso a oportunidades econômicas, serviços essenciais e uma boa qualidade de vida. Isso envolve investimentos em infraestrutura, educação, saúde e inclusão social, para equilibrar o desenvolvimento urbano e promover uma cidade mais coesa e justa; entretanto, para que isso aconteça, é preciso romper com o preconceito perpetuado cotidianamente:

O compasso e a escala, surpreendentes, de urbanização dos últimos cem anos contribuíram para o bem-estar humano? A cidade, nas palavras do sociólogo Robert Park, é “a tentativa mais bem-sucedida do homem de reconstruir o mundo em que vive o mais próximo do seu desejo. Mas, se a cidade é o mundo que o homem criou, doravante ela é o mundo onde ele está condenado a viver. Assim, indiretamente, e sem qualquer percepção clara da natureza da sua tarefa, ao construir a cidade o homem reconstruiu a si mesmo. (1967: 3) (HARVEY, 2012, p. 73).

Mudar a cidade significa mudar a mentalidade dos habitantes e consequentemente diminuir a desigualdade em todos os âmbitos. Reconhecer a dignidade em quem apresenta linguagem, religiosidade, cultura e conhecimentos diversos, é o primeiro passo para que eles sejam valorizados por isso, pois fizeram e fazem parte da História. Consoante David Harvey:

O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos. (HARVEY, 2012, p.7)

Considerações finais

Notoriamente, como elucida Terezinha Almeida (2016), Sorriso é uma cidade dividida entre “cá” e “lá”, entre “gaúchos” e “maranhenses” divididos pela BR 163. Isso permite diversas reflexões, dentre elas constatar que estar em posição de chamar o seu lado de “cá” indica um privilégio; privilégio esse que se reflete em poder contar a história e ditar quais serão os

personagens destacados e silenciados - transmitir conhecimento é uma forma de dominação, bem como decidir qual conhecimento será transmitido e por qual voz.

De modo geral, privilégio é ter suas necessidades básicas supridas do seu lado da cidade e poder usufruir dela; é ter a sua variante linguística tida como padrão e ter acesso às melhores oportunidades por isso. Percebe-se que tudo culmina em um ponto comum: usar desse privilégio para ecoar as vozes indígenas e nordestinas de Sorriso. Reconhecer sua importância para a cidade e para a nova cultura, que está sendo constituída, incluindo as alterações linguísticas. Ademais, visibilizar repudiando a tendência histórica de criação de um mito de que ambos convivem juntos de forma harmônica, como ocorre nos casos de colonialismo; mas sim reconhecer as desigualdades que existem e trabalhar sobre elas para uma sociedade mais igualitária. Reconhecer outras formas de saberes é fundamental em Sorriso para a construção de uma sociedade menos preconceituosa, mais inclusiva e justa para seus habitantes, para que se possa transformar a realidade da cidade e de cada habitante individualmente.

Para resistir ao epistemicídio, é fundamental valorizar a diversidade linguística e as formas alternativas de conhecimento, reconhecendo a importância de todas as linguagens e as culturas que as sustentam. Além disso, faz-se necessário elucidar que esse não é um fenômeno isolado: olhar para Sorriso significa olhar para o epistemicídio a nível global.

Referências

- ALMEIDA, Luciana Schleder. Gaúchos, festas e negócios: o agronegócio da soja no Meio-norte Matogrossense. 2013. 205 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas – Antropologia Cultural) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- ALMEIDA, Terezinha Ferreira de. A BR 163 no município de Sorriso: apartheid do corpo social urbano. 2016. 149 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2016.
- ALMEIDA, Terezinha Ferreira de; COX, Maria Inês Pagliarini. O lado nordestino da cidade de Sorriso: o lado maldito segundo a posição-sujeito sulista. *Revista RUA*, Campinas, v. 22, n. 2, p. 493-524, nov. 2016. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>. Acesso em: 16 dez. 2024.
- ARISTÓTELES. *Política*. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BOCK, Kenneth. Theories of progress, development, evolution. In: BOTTOMORE, Tom; NISBERT, Robert (orgs.). *A history of sociological analysis*. New York: Basic Books, 1978. p. 39-79.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

FERNÁNDEZ, Marta. As relações internacionais e seus epistemicídios. *Revista Monções*, v. 8, n. 15, p. 458-485, 2019.

HABERMAS, Jürgen. Para a reconstrução do materialismo histórico. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. O direito à cidade. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012.

HAVILAND-JONES, Jeannette M. et al. The place of emotion in identity. *Journal of Research on Adolescence*, n. 4, p. 503-518, 1994.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Tradução de Sérgio Rezek. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2011.

LIMA, GERALDA DE OLIVEIRA SANTOS; FREITAG, RAQUEL MEISTER KO. Sociolinguística. São Cristóvão: UFS/CESAD, 2010.

MICHAELIS. Dicionário brasileiro da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2024. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br>. Acesso em: 17 dez. 2024.

PESSANHA, Eliseu Amaro de Melo. Do epistemicídio: as estratégias de matar o conhecimento negro africano e afrodiaspórico. 2019. Dissertação (Mestrado) 2019.

PRESTES, Claudia Alvarenga. Os trabalhadores e a formação de uma cidade do Mato Grosso. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 117-141.

SALLES, Ana Cláudia de Moraes; SOUZA, Andréia Garcia de. A estratificação social do (r) nas lojas de departamentos na cidade de Nova York. *Revista de Estudos Acadêmicos de Letras*, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

TANAJURA, L. L. C.; BEZERRA, A. A. C. Pesquisa-ação sob a ótica de René Barbier e Michel Thiollent: aproximações e especificidades metodológicas. *Revista Eletrônica Pesquisaeduca*, Santos, v. 7, n. 13, p. 10-23, jan./jun. 2015.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2008.